

Pesquisas avaliativas sobre o Ensino Médio: concepções e abordagens¹

Evaluative research on secondary education: concepts e approaches

La investigación de evaluación en la educación secundaria: conceptos y enfoques

La recherche évaluative sur l'enseignement secondaire: les concepts et les approches

*Elione Maria Nogueira Diógenes**

Resumo: Com este artigo realizo uma discussão acerca das pesquisas de avaliação sobre o ensino médio no Brasil. O interesse é basicamente investigar que tipo de abordagem os pesquisadores estão realizando na área da avaliação de políticas públicas, em se tratando desse nível de ensino. O recorte temporal compreende a reforma educacional empreendida na década de 90 do século XX no Brasil e o material analisado diz respeito à produção científica deste período, cuja preocupação central era a avaliação da política do ensino médio.

Palavras-chave: pesquisas de avaliação; ensino médio; políticas públicas.

Abstract: With this article I develop a discussion of evaluation research on education in Brazil. The interest is basically investigating on which kind of approach, researchers are conducting in the area of public policies, in the case of this level of education system. The time frame includes the educational reform undertaken in the 1990s in Brazil and the material analyzed according to the scientific production of this period, whose main concern was the evaluation of the secondary education politics.

Keywords: evaluation research; education; public policies.

*Graduada em História e mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e professora do curso de Pedagogia do Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira vinculado ao Diretório do Grupo de Pesquisas do CNPq. Atua como pesquisadora no Grupo de Pesquisa "Caminhos da Educação em Alagoas". E-mail: elionend@uol.com.br.

Introdução

De antemão, entendo ser importante mergulhar na contextualização histórica no que diz respeito ao incremento da avaliação das políticas públicas no atual cenário brasileiro. Por este motivo, desenvolvo no primeiro tópico tal abordagem ao considerar que o escopo central deste artigo está em descrever os resultados do processo de investigação acerca das pesquisas avaliativas sobre a reforma do ensino médio no Brasil. Detive-me, pois, em buscar e analisar o material que vinha sendo produzido, desde a década de 1990, no sentido de identificar as concepções e abordagens promovidas no campo da avaliação das políticas públicas, com singularidade, voltado para esse nível de escolarização.

Com este sentido, trato (de início) da configuração da avaliação das políticas públicas cujo entendimento arrasta a assertiva de que esta é parte constituinte da implantação das políticas públicas de caráter social e como tal deve ser analisada; Isto não equivale dizer que sua abordagem epistemológica deva privilegiar, com exclusividade, os aspectos institucionais limitando-se aos determinantes da ação do Estado quando da implementação das políticas, antes, que pode ser estudada de um ponto de vista analítico, compreensivo e interpretativo.

No segundo tópico atinjo o cerne do texto ora escrito, a saber: o desenvolvimento de pesquisas avaliativas em políticas públicas sobre o ensino médio, atentando para o fato de que tais pesquisas devem se configurar como de avaliação, cuja proposta de análise prenda-se ao exame dos pressupostos e embasamentos de uma dada política, programa ou projeto.

Em verdade, é preciso que tais estudos entendam que "A avaliação julga, valoriza, informa, interpreta, identifica os dados a serem alterados na ação das políticas e programas sociais públicos." (Arretche; Brant, 2006, p. 88). Com esta concepção de avaliação procedo à análise dos estudos sobre a reforma do ensino médio que estão inseridos na referida perspectiva privilegiada aqui. Dando continuidade à análise, no terceiro tópico (conclusão) esboço as constatações encontradas a partir do material posto em apreciação.

O movimento histórico no campo da avaliação de políticas públicas

A avaliação de políticas públicas tem sido abalizada como "... momento do processo de formação e implementação das políticas públicas de corte social..." (Silva, 2001, p. 37). Isto significa dizer que não é uma ação livre do processo de implantação das políticas e, sim, que se constitui em parte vital do ciclo institucional estratégico das políticas públicas que compreende, grosso modo, a criação da agenda, a formulação, a implantação, a implementação e a própria avaliação.

Deste modo, é importante considerar o contexto histórico da avaliação de políticas públicas inserindo-a no amplo conjunto da pesquisa social com foco no procedimento da ação do estado no campo das políticas sociais, posto que em seu desenvolvimento apresenta diferentes tempos históricos até a sua predominância a partir de meados dos anos 90 do século XX em diante.

Em tal sentido, as pesquisas em avaliação das políticas e programas sociais têm apresentado um crescimento cada vez maior nas duas últimas décadas do século XX. A relação entre este movimento e a grande transformação – iniciada ainda no século XIX e aguçada no contexto do pós-guerra –, que as sociedades de capitalismo avançado têm experienciado, é latente, ainda que possa parecer tardia (Polanyi, 2000).

É possível afirmar, com efeito, que as políticas sociais e o correspondente processo de avaliação inscrevem-se no interior de um tipo especial de estado em que essas se configuram como "... formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social." (Höfling, 2001, p. 30). Logo, a avaliação de políticas públicas no cenário atual traduz a síntese das transformações nas relações entre o estado e a sociedade civil, culminando com o reordenamento da administração pública, que na implantação de seus programas e projetos prioriza os resultados.

Belloni, Magalhães e Sousa (2000), Barreira e Carvalho (2001), Castro (1989), Cohen e Franco (2004) e Minayo (1991) acrescentam a essa abordagem o contínuo avanço tecnológico incorporado, pelos gestores públicos, das novas tecnologias de informação e comunicação, e ainda os avanços institucionais da restauração da ordem democrática. No interior das novas relações entre estado e políticas sociais retoma-se o interesse pela pesquisa avaliativa, constituindo-se num amplo campo de pesquisa interdisciplinar.

Com isso, o retorno do interesse no campo da pesquisa avaliativa se dá não somente nos países de capitalismo avançado, mas nos países periféricos ou em desenvolvimento que são influenciados de uma forma ou de outra pelas políticas econômicas dimanadas dos países economicamente dominantes mediatizadas pelas instituições multilaterais: "Existe, inegavelmente, uma estreita relação entre as instituições multilaterais e as políticas públicas nos países em desenvolvimento." (Almeida, 2005, p. 184). Há na análise de Rodrigues (2008, p.8) uma aproximação com a afirmativa de Almeida (*id, ibid*):

No Brasil, é apenas no final da década de 1980 e início da década de 1990 que a temática da avaliação das políticas públicas intensifica-se, assumindo um papel de destaque nas administrações públicas da América Latina, no contexto da reforma do estado, e direcionada a uma agenda neoliberal...

Esta análise explica porque os estudos de caráter avaliativo, produzidos no Brasil são datados a partir das duas últimas décadas do século XX: "A avaliação de políticas sociais desenvolveu-se apenas nos anos 80 e, mesmo assim de forma desigual entre os diferentes tipos de políticas sociais." (Figueiredo e Figueiredo, 1986, p. 24).

Tendo como pano de fundo essa situação, a experiência brasileira na área da avaliação das políticas públicas é considerada recente por estudiosos como Figueiredo e Figueiredo (1986), Silva (2001) e Barreira (2002), vez que no Brasil – em outros momentos da sua história –, a formulação de políticas públicas nem sempre esteve articulada com a avalia-

ção de políticas públicas. Isto elucida, em parte, a importação de modelos preconcebidos com foco na eficiência, eficácia e efetividade.

Tais modelos de avaliação cujo escopo encontra-se na relação custo-benefício centram seus esforços no sentido de mensurar (de uma forma ou de outra) o desempenho desejável de políticas, programas e projetos tendo em vista os resultados prévios que tais estratégias estatais ambicionavam quando da sua formulação. Neste sentido:

... a efetividade diz respeito à capacidade de se promover resultados pretendidos; a eficiência denotaria competência para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços; e a eficácia, por sua vez, remete a *condições controladas* e a resultados desejados de experimentos ... (Marinho e Façanha, 2001, p. 02).

Sem desmerecer tais abordagens avaliativas, é importante ter claro que esses critérios não são tão facilmente aplicáveis em se tratando do particular contexto da realidade econômica, social, política e cultural brasileira. Com maior precisão, vale pensar a avaliação "... como atividade específica, necessária, tecnicamente exigente e onerosa, tanto quanto benéfica para o gerenciamento e o monitoramento dos programas..." (*id, ibid*, p. 07). Some-se a isto o fato de que, muitos teóricos² ao conceituarem a avaliação de políticas públicas fazem uma relação desta com a perspectiva de valor:

... o termo avaliação significa valor, esforço de apreciar efeitos reais, determinando o que é bom ou ruim. Trata-se, necessariamente de um julgamento valorativo; portanto, não é um ato neutro nem exterior as relações de poder, mas é um ato eminentemente político que integra o contexto de um programa público, exigindo costura de objetividade e de independência, sendo, por natureza, uma atividade interdisciplinar. (Silva, 2001, p.48).

A "... emissão de um juízo de valor..." (*id, ibid*) não se dá sem o mergulho na pesquisa

social baseada em pressupostos teórico-metodológicos que levem em consideração o contexto mediato e imediato, mediado pelas relações de produção. Compreender corretamente a construção teórica quanto à concepção de avaliação das políticas públicas é importante para o nosso trabalho, pois a "... avaliação ou julgamento está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento do conhecimento humano..." (Barreira, 2002, p. 17), vez que a pesquisa avaliativa utiliza "... métodos próprios da pesquisa social ..." (Figueiredo e Figueiredo, 1986, p. 16).

Complementando: a avaliação de políticas públicas é uma atividade de investigação "... marcada durante toda a sua realização pelo quadro teórico que o pesquisador adota, por sua visão do mundo e compromisso social assim como pelos limites do conhecimento, próprios de seu tempo." (Minayo, 1991, p. 233). Partindo deste pressuposto e da assertiva de que a "Avaliação de políticas e programas sociais é um campo de estudo da pesquisa social em desenvolvimento" (Silva, 2001, p. 44) é certo, e sem receio, afirmar que esta se insere no movimento mais geral de desenvolvimento das abordagens teórico-metodológicas que orientaram e orientam a atividade de produção do conhecimento das ciências sociais, processo em permanente construção.

No próximo tópico, é apresentado o tema sob o prisma das pesquisas de avaliação no que tange ao subnível de escolarização básica, denominado no Art. 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, de Ensino Médio. Conforme a regulamentação definida nesta lei, tal subnível de escolarização configura-se enquanto etapa final da educação básica e deve ser garantido pelo estado.

Com este direcionamento, a política de ensino médio tem sido, até o momento, avaliada única e excepcionalmente por meio do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) criado em 1998 pelo Ministério da Educação (MEC), cuja perspectiva privilegia a medição cognitiva de conhecimentos, em que se propõe "testar" as competências e as habilidades dos alunos do Ensino Médio, introduzindo assim significantes mudanças no que tange ao currículo e à concretização deste em sala de aula por meio da ação docente.

Neste artigo, não há uma pretensão de discutir o ENEM como pesquisa de caráter avaliativo da política de ensino médio, indo na contramão. Em verdade, a finalidade aqui é analisar estudos de caráter avaliativo que considerem esse sub-nível enquanto política pública estatal sob a determinação do ciclo de implantação inerente a este tipo de processo de intervenção estatal.

Pesquisas avaliativas em políticas públicas do ensino médio

O ensino médio tem sido foco, desde 1996, de políticas educacionais, com o propósito de implantar a reforma *Novo Ensino Médio: Educação agora é para a vida*, compreendida no contexto mais amplo da reforma educacional da década de 1990, cujo marco legal é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.

Em linhas gerais, a reforma educacional de abrangência macro centrou-se em instaurar processos de descentralização e democratização das escolas públicas de todo o país, nos quadros do reordenamento do estado brasileiro (Leitão, 2005; Diógenes, 2010).

Quanto à reforma do ensino médio tem como núcleo as metamorfoses impetradas no mundo do trabalho, com as exigências impostas pelo novo mercado de trabalho em tempos de reestruturação produtiva do capital e de financeirização da economia.

Consultando a Resolução Nº. 03/98, um dos principais documentos da reforma, constatei que a preocupação é com a organização pedagógica e curricular de cada unidade escolar, no sentido de que esta adequa seu currículo ao mundo do trabalho, "... tendo em vista vincular a educação com o mundo do trabalho e a prática social, consolidando a preparação para o exercício da cidadania e propiciando preparação básica para o trabalho..." (Resolução nº 03, 1998, p. 1).

Desde sua implantação, a reforma do ensino médio tem sido estudada pela academia e outras instituições com o intuito de se compreender suas especificidades e implica-

ções (Machado, 1998, 2002; Macedo, Lopes, 2002; Barretto, 2002; Zibas, 2001).

No entanto, para efeito do tema aqui abordado me interessa sobretudo os estudos que se dedicaram a entender a reforma por meio de pesquisas avaliativas, como tenho assinalado no início do artigo, uma vez que o objetivo é identificar e analisar as concepções e modelos clássicos de avaliação dominantes, conforme a literatura desenvolvida por esse campo do saber.

Não se trata apenas de localizar tais estudos, mas de realizar um esforço extra, com fins de compreender os tipos de avaliação vigentes e mais do que isto: as referências teórico-metodológicas hegemônicas. Bem situadas essas pesquisas é possível delimitar sua importância para uma maior compreensão da reforma do ensino médio.

Assim, foi feito um levantamento bibliográfico sobre o que se produziu acerca da temática da reforma do ensino médio nos anos 1990, e selecionei os estudos referentes à avaliação desta política.

A grande maioria dos estudos sobre a reforma em foco trata-a numa perspectiva não avaliativa, a título de exemplo, cita-se: Kuenzer, 2000, 2002; Martins, 2000; Lopes, 2002a, 2002b. São excelentes estudos, sérios, clássicos, de análise crítica da política de extrema relevância para a compreensão das idiosincrasias que a permeiam. De tal modo, existem poucos trabalhos estritamente avaliativos, utilizando o referencial paradigmático explicitado por Silva (2001), Barreira (2002) e Arretche (1999; 2001).

Arretche (1999, p. 29) faz uma demarcação entre "... uma avaliação de uma dada política..." e a "... avaliação política e análise de políticas públicas [...]..." (*id, ibid*). A primeira envolve essencialmente um julgamento, um juízo de valor, tratando de atribuir uma opinião valorativa. A segunda é necessariamente "... o exame da engenharia institucional e dos traços constitutivos dos programas..." (*id, ibid, p. 30*).

Nisto, a autora vai ao encontro do pensamento de Figueiredo e Figueiredo quando enfatizam que a avaliação política da política é uma "... análise e elucidação do critério ou critérios que fundamentam determinada política: as razões que a tornam preferível a qualquer outra..." (Figueiredo e Figueiredo,

1986, p. 2). De outra forma, a terceira busca reconstruir as diversas características das políticas públicas, tentando apreendê-las "... em um todo coerente e compreensível..." (Arretche, 1999, p. 30), no sentido de dar organicidade as razões de ser da política.

Tomando esse paradigma como norte para o nosso trabalho, relacionei os estudos de Zibas (2005), Krawczyk (2003), Martins (2000) como pesquisas avaliativas sobre o ensino médio. Para efeito da tarefa assumida, destaco de cada autora um trabalho. A primeira estudiosa é pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e desenvolve estudos no campo da avaliação sobre o ensino médio há pelo menos uma década.

Sua produção sobre este tema é vasta, mas trago para análise o texto *A reforma do ensino médio no Ceará e suas contradições*, resultado parciais de duas pesquisas, como a autora mesma revela. A primeira teve como objetivo "... acompanhar a implantação da reforma do ensino médio em três estados..." (Zibas, 2005, p. 1). A segunda buscou identificar como a escola se apropriou dos conceitos de "... protagonismo juvenil e protagonismo dos pais, dois eixos da reforma..." (*idem*).

De Krawczyk (2003) trago o texto *A escola média: um espaço sem consenso*. A estudiosa, professora da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, foi juntamente com Zibas (2001-2003) responsável pela pesquisa de avaliação do processo de implementação da Reforma do Ensino Médio em três estados brasileiros. No referido texto, propõe-se a discutir o processo de implementação da reforma do ensino médio no Ceará.

Krawczyk tem uma considerável produção não apenas na área do ensino médio, mas focando a reforma educacional da década de 1990 e a relação com as políticas públicas do estado brasileiro.

A terceira estudiosa, Martins (2000) é pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e professora da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS. Tem produção científica em torno da temática da reforma educacional no Brasil e do ensino médio.

O texto que dela trago para análise tem como título *Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio: avaliação de documento*. O interesse da autora é realizar uma aná-

lise dos fundamentos da reforma do ensino médio, discutindo os elementos-chave propostos pelas *Diretrizes Curriculares Nacionais* elaboradas pelos técnicos do Ministério da Educação – MEC, nos idos de 1998, quando da implantação da reforma do ensino médio.

Os dois primeiros trabalhos, de Zibas (2005) e Krawczyk (2003) são resultados da pesquisa de avaliação do processo de implementação da Reforma do Ensino Médio. Neste sentido, são ambos os estudos de avaliação focada na implementação, entendendo este momento como crucial no ciclo das políticas públicas. Tal momento é a "... fase do processo das políticas públicas que sucede à formação..." (Silva, 2001, p. 39).

Isto significa dizer que se materializa no momento de execução da política, em que são realizadas as principais estratégias e tomadas decisões fundamentais que interferem na proposta original de formulação.

Arretche (2001) define a fase de implementação como um campo de incertezas porque é neste momento que a ação dos implementadores, pessoas que vão executar o programa, toma relevância central. Na sua argumentação a autora destaca dois aspectos fundamentais: de um lado, a realidade local onde a política será implementada, e de outro, a cooperação ou não dos agentes que não participaram do primeiro momento, isto é, da formulação.

No primeiro caso é perfeitamente factível que a instância local 'distorça' a proposta original, e no segundo, os implementadores podem resistir a executar fielmente as propostas desenhadas na engenharia institucional do programa.

De um lado ou de outro, a ação dos implementadores interfere e muito no desenvolvimento do programa, acarretando "... dificuldades da autoridade central para obter sucesso na implementação de seus programas..." (Arretche, 2001, p. 48). Isto por que "... a implementação é, de fato, uma cadeia de *relações* entre formuladores e implementadores situados em diferentes posições na máquina governamental..." (*id, ibid*, p. 49).

Estudando respectivamente os trabalhos de Zibas (2005) e de Krawczyk (2003) não foi possível perceber se as autoras atentaram para essas questões tão importantes levantadas por Arretche (2003). Entretanto,

ficou claro que as autoras procuraram fazer uma avaliação de implementação do processo da reforma do ensino médio, apontando os pontos críticos. Zibas (2005, p. 1) especifica no início do texto, sua preocupação: "... acompanhar, por dois anos, o desenvolvimento da reforma em oito escolas estaduais de Fortaleza...". Quanto à Krawczyk (2003, p. 1):

... o intuito é analisar os principais eixos das reformas estaduais e seus focos mais críticos, a partir do estudo de seus diferentes aspectos e das tensões geradas entre a intencionalidade das novas estratégias, a realidade que se quer transformar e o que foi efetivamente produzido como decorrência das medidas propostas.

Nos trabalhos das duas autoras há uma ênfase explícita na fase de implementação da política (como já foi referido), observando a proposta original de formulação e o que foi, de fato, implementado.

Quanto à concepção e o perfil da avaliação, averigui que ambas as pesquisas assumiram uma abordagem qualitativa, utilizando procedimentos metodológicos por meio de observações, análise de documentos e entrevistas que "... focalizaram não só os sujeitos da comunidade escolar (alunos, pais, professores, gestores) como também técnicos da Secretaria da Educação e membros de Sindicato..." (Zibas, 2005, p. 202).

O texto de Martins (2000) pode ser inserido no modelo clássico de avaliação conhecido como 'avaliação política da política', em que "... pretende-se avaliar os pressupostos filosóficos e sociais das diretrizes e dos parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio..." (Martins, 2000, p. 69).

Ora, a ideia é realizar uma pesquisa crítica, levando em consideração que toda política esta inserida num dado contexto histórico, econômico e social. Daí que, a autora parte do pressuposto de que as políticas do ensino médio, no caso, a sua formulação concretizada nas *diretrizes* "... expressam uma determinada concepção de educação, de escola e de conhecimento que deve ser olhada criticamente..." (*id, ibid*).

Na avaliação política da política o que de-

termina a abordagem é a análise própria da política a partir de seus fundamentos e observando o que está posto nos documentos oficiais de formulação quanto aos princípios, objetivos e características metodológicas da política.

A autora analisa também o contexto social e econômico, e o papel desempenhado pelos principais formuladores da política. Assim, a avaliação política da política se torna um instrumento importante para desvendar a relação estratégica entre a política do ensino médio e a nova ordem econômica mundial.

Ao analisar a política do ensino médio por meio da avaliação das *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*, principal documento norteador da reforma, Martins (2000) faz um estudo de profundidade em que a abordagem metodológica é de caráter eminentemente qualitativo.

Assim, a autora está preocupada com o fato de que todo documento "... todo texto – ou toda prática discursiva – é uma prática social que predomina em determinado período histórico. Interessa, portanto, compreender as relações que a engendram e não apenas o discurso em si..." (Martins, 2000, p. 79).

O trabalho de Martins (2000) juntamente com os de Zibas (2005) e Krawczyk (2003) são exemplos reveladores de pesquisas avaliativas na área do ensino médio. Apesar da primeira autora não identificar o seu estudo como 'avaliação política da política' o exame minucioso não deixa dúvidas quanto a inseri-lo nesta perspectiva.

Os outros dois primeiros trabalhos deixam claro a sua intenção: acompanhamento e avaliação da reforma do ensino médio. Ambos são estudos interessantes a partir do ponto de vista da pesquisa avaliativa, pois em geral na educação os estudos de tendência avaliativa limitam-se aos macros sistemas avaliativos de desempenho escolar como atestam o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o ENEM que não são focos deste artigo.

Conclusão

As políticas públicas não estão localizadas num vazio temporal e histórico. Antes é fruto da ação do estado, equivalendo a dizer que é

política de intervenção formatada na arena social, onde divergem interesses e racionalidades. Entretanto, na correlação de forças entre as classes sociais, hegemonicamente, tem-se vencedor um determinado projeto de sociedade. De tal modo, as políticas públicas precisam ser compreendidas desde a criação da agenda, passando pela formulação até a execução, bem como, deve-se levar em consideração as especificidades dos diferentes modelos clássicos de avaliação.

As pesquisas avaliativas, por sua vez, são um campo de estudo da pesquisa social em desenvolvimento, e como tal necessitam ser estudadas e previamente analisadas, pois não há uma padronização infalível quanto ao referencial teórico-metodológico na abordagem de estudos científicos. O que se tem são objetos de estudos que demandam diferenciadas abordagens conforme os objetivos a que o pesquisador se propõe. Neste caso, nunca é demais lembrar que a realidade é síntese de múltiplas determinações e que as variações contextuais precisam ser levadas em conta nos estudos de caráter avaliativo para que se evite cair nas armadilhas da neutralidade positivista.

Sob este prisma de análise, estudei as pesquisas avaliativas realizadas com foco na reforma do ensino médio e constatei que existem pouquíssimos estudos nesse campo e, mais do que isto, as pesquisas são incipientes e não trabalham com o referencial teórico próprio das pesquisas avaliativas, aqui considerando as reflexões de Arretche (2001) e Silva (2001).

Isto sobre hipótese alguma desmerece esses estudos, pois percebi que mesmo não se valendo de tais referências, os mesmos acabam por se inserir numa certa tipologia da avaliação de políticas públicas. Uma lacuna, que quero registrar são os estudos sobre a reforma do ensino médio na linha da avaliação de impactos. Esta é considerada aqui como relevante e de profundidade, uma vez que visa investigar os resultados e as repercussões de uma dada política.

A avaliação de impacto busca determinar se houve e porque houve modificações, quais as causas geradoras das mudanças e se elas estão relacionadas com a política propriamente dita. Enfim, tende a revelar a magnitude dessa modificação; quais estratos sociais influenciaram e de que forma. enfim, a ava-

liação de impactos procura analisar como os diferentes componentes da política se relacionaram para intervir numa determinada realidade a partir dos objetivos propostos.

A despeito da excelente qualidade dos estudos científicos realizados acerca da temática do ensino médio e da reforma empreendida pelo MEC a partir de 1990 neste nível de escolaridade básica, já é tempo de se mergulhar com mais profundidade em torno da presente temática por meio de uma pesquisa avaliativa dos impactos e repercussões de tal política, uma vez que passados

mais de dez anos, não se tem ainda respostas científicas para os graves problemas que já existiam e para os que se acrescentaram ou não com a implantação da reforma. De fato, o esforço aqui empreendido serviu para alertar quanto à necessidade de estudos urgentes nesse campo de avaliação.

Agradecimentos

Profa. Dra. Lea Carvalho Rodrigues
Profa. Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Wellington. "A trajetória das instituições financeiras multilaterais e suas relações com as políticas públicas". *Revista de Políticas Públicas*, São Luis, v 9, n. 1, p. 173-216, jan./jun. 2005.
- ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. "Tendências no estudo sobre avaliação". In: RICO, Elizabeth Melo. (org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1999.
- _____. "Uma contribuição para fazermos avaliação menos ingênua". In: BARREIRA, Maria Cecília Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC/SP, 2001.
- _____. "Dossiê: agenda de pesquisa em políticas públicas". *Revista Brasileira de Ciências Sociais – RCBS*, São Paulo, vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003.
- ARRETCHE, Marta Tereza da Silva; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. "Tendências no estudo sobre avaliação". In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, IEE, 2006.
- BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. *Avaliação participativa de programas sociais*. 2ª ed. São Paulo: Veras/CPIHTS, 2002.
- BARREIRA, Maria Cecília Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC/SP, 2001.
- BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. "As novas políticas do ensino médio no contexto da educação básica". In: ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldo; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; BUENO, Maria Sylvia Simões. *O Ensino médio e a reforma da educação básica*. Brasília: Plano, 2002. p.253-265.
- BELLONI, Isaura, MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luiza Costa de. *Metodologia de avaliação em políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2000 (Coleção questões da nossa época).
- BRASILIA. Câmara da Educação Básica – CEB. Conselho Nacional de Educação – CNE. *Resolução nº 3, de 26 de junho de 1998*.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. *Avaliação de políticas e programas sociais*. Caderno de Pesquisa, n. 12. Campinas: NEPP/UNICAMP, 1989.
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

- DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. *Uma avaliação política e do processo de implementação da reforma do ensino médio no Ceará*. Tese de Doutorado em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Biblioteca Central. São Luis, 2010.
- FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub; FIGUEIREDO, Marcus Faria. *Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica*. São Paulo: IDESP, 1986.
- HÖFLING, Eloísa de Matos. *Estado e políticas (públicas) sociais*. In Cad. CEDES v.21 n.55 Campinas nov. 2001
- LEITAO, Elione Maria Diógenes. *O Plano de Desenvolvimento da Escola em foco: uma análise da educação no Ceará em tempos de ajustes neoliberais*. Dissertação de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas. Universidade Federal do Ceará – UFC. Biblioteca Central. Fortaleza, 2005.
- KRAWCZYK, Nora. "A escola média: um espaço sem consenso". *Cadernos de Pesquisa* nº 120, São Paulo/SP, novembro/2003.
- KUENZER, Acácia Zeneida. "O Ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito". *Educação e Sociedade*, v.21, n.70, p.15-39, abr.2000.
- _____. "A Escola desnuda: reflexões sobre a possibilidade de construir o ensino médio para os que vivem do trabalho". In: ZIBAS, D.; AGUIAR, M. A.; BUENO, M.S.S. *O Ensino médio e a reforma da educação básica*. Brasília: Plano, 2002. p.229-330.
- LOPES, Alice Casimiro. "Os Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio e a submissão ao mundo produtivo". *Educação e Sociedade*, v.23, n.80, p.389-403, set. 2002a.
- _____. "Parâmetros curriculares para o ensino médio: quando a integração perde seu potencial crítico". In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002b . p.145-176
- MACEDO, Elizabeth; LOPES, Alice Casimiro. "Estabilidade do currículo disciplinar: o caso das ciências". In: _____. *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.73-94.
- MACHADO, Lucília Regina de Souza. "A Institucionalização da lógica das competências no Brasil". *Proposições*, v. 13, n.37, p.92-110, jan./abr. 2002.
- _____. "O Modelo de competências e a regulamentação da base curricular nacional e de organização do ensino médio". *Trabalho e Educação*, n.4, p.79-95, ago./dez. 1998.
- MARTINS, Angela Maria. "Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio: avaliação de documento". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo. n.109, p.67-87, mar.2000.
- MARINHO, Alexandre; FAÇANHA Luís Otávio. *Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação*. Texto para discussão nº 787. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001. pp. 1-27
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. "Abordagem antropológica para avaliação de políticas sociais". *Rev. Saúde Pública*, jun. 1991, vol.25, n.3, p.233-238.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 11a. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- RICO, Elizabeth Melo. (org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1999.
- RODRIGUES, Lea Carvalho. "Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais". *Revista Avaliação de Políticas Públicas*. Ano 1. Vol. 1. nº 1. jan-jul. 2008. pp. 7-15.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. "Avaliação das políticas sociais: aspectos conceituais e metodológicos". _____ (org.). *Avaliação de Políticas e Programas Sociais – teoria e prática*. São Paulo: Veras Editora, 2001.

ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldo. *O Ensino médio na voz de alguns de seus atores*. São Paulo, 2001. (Textos FCC, n.20).

_____. "A reforma do ensino médio no Ceará e suas contradições". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo. v. 35, n. 124, p. 201-226, jan./abr. 2005.

Resumen: Con este artículo se desarrolla un debate sobre la investigación evaluativa sobre la educación en Brasil. El interés es básicamente investigando qué tipo de enfoque, los investigadores están llevando a cabo en el ámbito de la evaluación de políticas públicas, en el caso del sistema de educación secundaria. El plazo incluye la reforma educativa emprendida en los años 1990 del siglo XX en Brasil y el material analizado con respecto a la producción científica de este período, cuya principal preocupación era la evaluación de la política de la educación.

Palabras clave: evaluación de la investigación, educación, políticas públicas.

Résumé: Avec cet article je développe une analyse des recherches d'évaluation sur l'éducation au Brésil. L'intérêt est essentiellement enquête sur ce type d'approche, les chercheurs mènent dans le domaine de l'évaluation des politiques publiques, dans le cas du système d'enseignement secondaire. Le calendrier comprend la réforme de l'éducation entrepris dans les années 1990 du XXe siècle au Brésil et du matériel analysé à l'égard de la production scientifique de cette période, dont la principale préoccupation a été l'évaluation de la politique de l'éducation.

Mots clés: recherche sur l'évaluation, l'éducation, les politiques publiques

Notas

- 1 O presente artigo faz parte dos estudos desenvolvidos na realização da pesquisa de doutorado, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva, intitulada "Uma avaliação política e do processo de implementação da Reforma do Ensino Médio no Ceará" efetivada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pesquisa realizada com apoio do CNPq.
- 2 Como exemplo, posso citar: Silva (2001); Arretche (1999); Rico (1999); Barreira e Carvalho (2001); Barreira (2001); Castro (1989) e Figueiredo e Figueiredo (1986).